

A Evolução da Relação Comercial Brasil-Índia nos Governos Lula e Abdul Kalam

*Amanda Santos Martins Pinto
Aline Dresch Hiller
Taciele Silva Vieira
Thaís Bettu Grezzana¹*

Resumo: Em 2001, iniciou-se, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Rodada de Doha, a qual propunha uma maior liberalização comercial e crescimento econômico de acordo com os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento. Em consonância com outros países em desenvolvimento, Brasil e Índia defendem que o enfoque da Rodada deveria ser a agricultura, colaborando de forma a reduzir as desigualdades em relação aos países desenvolvidos e eliminar as barreiras comerciais. Este artigo buscará analisar as políticas externas do primeiro governo Lula, de 2003 a 2006, e do governo de Abdul Kalam, de 2002 a 2007, bem como a natureza da aproximação entre os países no contexto da Rodada.

Palavras-Chave: Governo Lula; Política Externa Brasileira; Organização Mundial do Comércio; Política Externa Indiana; Governo Abdul Kalam.

¹ Graduandas de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 Introdução

O presente trabalho propõe-se a realizar um balanço das relações comerciais entre o Brasil do primeiro governo Lula, de 2003 a 2006, e a Índia do governo de Abdul Kalam, de 2002 a 2007, a partir das diretrizes e ações da política externa comercial de ambos os governos. Assim, considerar-se-á os impactos de tais ações para a relação comercial Brasil-Índia, levando em conta, também, a conjuntura do sistema multilateral de comércio, contextual para a evolução do relacionamento dos países no período. Tal conjuntura encontra-se, durante os governos acima citados e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), na fase inicial da Rodada de Doha, ou Rodada do Desenvolvimento, em vigência desde 2001. Para melhor compreendê-la, faz-se necessário um breve retrospecto ao início das discussões multilaterais que serão chaves para a criação da nova Rodada: o debate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a liberalização do comércio internacional, em especial no que tange a eliminação de subsídios à agricultura. Tais negociações iniciam-se com a Rodada Uruguai, em 1986, ainda no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)².

A criação do GATT, em 1947, se deu no âmbito da queda nos preços das commodities após a crise de 1929 e do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a partir do qual os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, foram capazes de sustentar suas preocupações acerca da segurança alimentar e da competitividade do campo para justificar suas políticas internas. Dessa forma, o Acordo abria permissões muitas vezes prejudiciais ao fluxo do comércio internacional, como: “tarifas específicas, cotas tarifárias, impostos variáveis sobre as importações, medidas de preços mínimos de importação, apoio ao preço de mercado (market price support), barreiras não tarifárias mantidas por empresas estatais, entre outras” (PIMENTA JUNIOR, 2012, p. 46). Tais medidas se mostravam danosas principalmente aos países em desenvolvimento, visto sua incapacidade de subsidiar sua

2 O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado em 1947 com o objetivo de viabilizar negociações comerciais multilaterais, em especial as relacionadas a barreiras no comércio internacional, através de quotas e outras restrições, e reduções tarifárias. A emergência de novos interesses comerciais e o enfoque dado às questões tarifárias pelo GATT, associados a sua falta de institucionalização, culminaram na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 15 de abril de 1994, ao término da Rodada Uruguai, a qual é, desde então, responsável pela agenda multilateral de comércio, institucionalizando os projetos de liberalização comercial de forma mais acentuada que a organização anterior (CANESIN, 2012).

produção interna e exportação da mesma forma que os desenvolvidos (PIMENTA JUNIOR, 2012).

O início da Rodada Uruguai – a última do GATT – marcou a emergência do debate multilateral entre os países industrializados desenvolvidos e os em desenvolvimento acerca dos temas comerciais discutidos internacionalmente: enquanto os primeiros defendiam limitar o escopo da Rodada a temas de serviços, propriedade intelectual e investimentos, os em desenvolvimento, com destaque para o Brasil e a Índia, buscavam negociações que incluíssem as áreas do comércio têxtil e agrícola, a redução da interferência do GATT na dinâmica doméstica e o bloqueio da incorporação dos novos temas na agenda (RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Nesse contexto, os países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas pressionavam os desenvolvidos pela maior abertura de seus mercados, obtendo em resposta resistência por parte do bloco liderado pelos Estados Unidos, países europeus e Japão³.

A Rodada Uruguai teve fim em 1994, quando, após a assinatura do Acordo de Blair House entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia, em 1992, desobstruiu-se o caminho para a formulação de um acordo geral para a regulação do comércio agrícola e a formação da OMC (CANESIN, 2012; PIMENTA JÚNIOR, 2012). A continuidade de tais discussões multilaterais se dá a partir de 2001, com a Rodada de Doha, primeira no âmbito da OMC, a qual segue aberta até os dias de hoje.

2 A Política Externa Comercial do Primeiro Governo Lula

Ao assumir o Governo Federal brasileiro em 2003, a gestão de Lula buscou reformular a matriz de inserção internacional vigente desde os anos 1990, assumindo uma postura global e tendo como principais características a atenção à integração regional e à tradição multilateral brasileira, a crítica às relações interestatais

³ A partir desta divisão entre países em desenvolvimento e desenvolvidos formou-se o Grupo de Cairns, em agosto de 1986, principal responsável pela inclusão da temática agrícola na Rodada, constituído pelos seguintes países: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Uruguai. Em 1992, após o Acordo de Blair House, formou-se o grupo denominado Quad, formado pelos EUA, CEE, Japão e Canadá (CANESIN, 2012).

assimétricas, a reaproximação com os países subdesenvolvidos e a manutenção da relação com os desenvolvidos (SILVA, 2015). Em seu discurso de posse, Lula afirma que a mudança era o desejo da população que o elegeu e, assim, seria o objetivo de seu governo.

Mudança: esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar (LULA DA SILVA, 2003, p. 27-28).

Havia, então, um grande empenho em expandir as negociações comerciais internacionais. Indo ao encontro da promessa por transformações, o governo Lula realizou ajustes na política externa, buscando novas maneiras de inserção internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Na ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores para o Embaixador Celso Amorim⁴, em 1º de janeiro de 2003, o então novo Ministro do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva expôs o cenário econômico que daria base às diretrizes tomadas pela Política Externa do período:

[...] A economia mundial está estagnada. Os fluxos financeiros se comportam de forma errática e segundo uma lógica perversa que penaliza os países em desenvolvimento. A despeito das muitas promessas, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte dos nossos produtos. Práticas comerciais predatórias dos países ricos nos privam dos benefícios da nossa competitividade [...]. (AMORIM, 2003, p.52, grifo nosso)⁵

É nesse contexto que Amorim ressalta a necessidade de o Brasil buscar vantagens concretas ao participar de forma empenhada nas diversas negociações comerciais do período em questão. Deveriam evitar constrangimentos pela realidade de país em desenvolvimento, mantendo-se a reivindicação pelo tratamento justo ao se considerar tal posição⁶. Atribui destaque às negociações realizadas nos

4 Celso Amorim foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante todo o Governo Lula, de janeiro de 2003 a janeiro de 2011, e também durante um período do Governo Itamar Franco, de julho de 1993 a janeiro de 1995.
5 Trecho retirado do discurso de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador Celso Amorim, em Brasília, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/128-Politica_Externa_do_Brasil_A.pdf>. A Política Externa do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, p. 52.

6 Tal reconhecimento, no entanto, não implicaria a redução do protagonismo brasileiro no cenário internacional, compatível com a grandeza econômica, política e cultural do país. Ao fazer um balanço da política externa do presidente Lula, Amorim diz que “O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da “limitação de poder.” (AMORIM, 2010)

âmbitos da Área Livre Comércio das Américas⁷, da União Europeia, da OMC, e, em especial, do MERCOSUL, visando ampliar os mercados para os produtos e serviços em que o país é competitivo. Defende também o combate a práticas protecionistas prejudiciais à agricultura e à indústria brasileiras e, para garantir o desenvolvimento dos bens e serviços de maior valor agregado, a necessidade de eliminação de barreiras e subsídios responsáveis por distorcer o comércio e privar os países em desenvolvimento de suas vantagens comparativas (AMORIM, 2003).

As propostas e perspectivas trazidas pelo Ministro desde o início da presidência de Lula identificam-se com as questões já em discussão acerca do comércio internacional no âmbito multilateral, tanto durante a Rodada Urugui, em vigência de 1986 a 1994, quanto na nova Rodada de Doha, iniciada em 2001, na qual o primeiro Governo Lula se insere. Como colocado por Amorim em seu discurso, as promessas realizadas ao fim da Rodada Urugui não implicaram na efetiva redução de barreiras aos países em desenvolvimento. Nela, o Brasil e os demais países em desenvolvimento não dispunham de altos níveis de participação e influência nas negociações, e isso se dava tanto pela discrepância existente entre suas estratégias de desenvolvimento e interesses no comércio internacional em relação aos países desenvolvidos, quanto pelo peso político e econômico relativamente reduzido dos países em desenvolvimento (RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Assim, de acordo com Lima (2012), o comércio internacional manteve seus padrões desiguais, e os países desenvolvidos, em razão de um cenário econômico desfavorável desde o final da década de 1990, mantiveram as tendências de adoção de medidas protecionistas e restritivas ao livre comércio.

Dessa forma, a Rodada do Desenvolvimento deu continuidade à busca de padrões mais justos para as nações em desenvolvimento nos fluxos de comércio, em especial no comércio agrícola, envolvendo intensa disputa em diversos aspectos desde sua inauguração. Ao Brasil, interessava, principalmente, a redução dos subsídios agrícolas e das barreiras impeditivas ao acesso dos mercados (RAMANZINI

7 A ideia estadunidense da formação da ALCA - excluindo-se Cuba - surgiu em 1994, durante a Cúpula das Américas. Em 2005, ano previsto para a implementação da abertura do mercado, o projeto deixa de avançar, visto que os países latino-americanos - principalmente o MERCOSUL e a Venezuela - viam a ALCA como um instrumento norte-americano para controle econômico das Américas. Além disso, a iniciativa também enfrenta oposição de alguns setores domésticos dos Estados Unidos, que temem a fuga de capitais para outros países, buscando condições produtivas mais baratas (REDE BRASIL ATUAL, 2013; BRASIL, 2018).

JÚNIOR, 2012). Nesse contexto, surge o Grupo dos 20, em setembro de 2003, com a Rodada de Doha já em andamento, em “resposta à proposta de negociação agrícola, estruturada e pré-determinada pelos Estados Unidos e União Europeia” (RAMANZINI JÚNIOR, 2012, p. 11) e foi essencial, nesse aspecto, para evitar uma simples reedição do acordo Blair House que deu fim à Rodada Uruguai. Era importante, para o Brasil, estruturar o G-20 como conector entre as posições divergentes dos países em desenvolvimento e evitar que esses fossem utilizados para apoiar as grandes potências. Entre outros aspectos, destaca-se a necessidade do Grupo em manter as discussões no eixo Norte-Sul, evitando o acirramento das divergências em âmbito Sul-Sul (RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

Para Amorim (2010), a constituição do G-20 na OMC modificou para sempre o padrão das negociações comerciais multilaterais. O Grupo foi um passo para construção de uma ordem mundial mais justa, democrática e inclusiva, fruto do “ativo empenho da diplomacia brasileira” em enfrentar os poderosos e desafiar paradigmas, trabalhando para aproximar as posições dos países em desenvolvimento sem violentar os interesses dos mais pobres. Disse o Ministro ao Presidente da República sobre o impacto de sua Política Externa:

Presidente, a política externa de seu governo escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos “aquela velha opinião formada sobre tudo”: opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível; de que o comércio sul-sul era um objetivo puramente ideológico; de que uma nova geografia comercial e política era uma quimera. Sobretudo contrapôs-se ao conceito, ou melhor dizendo, “pré-conceito”, de que as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos (AMORIM, 2011, p.271-272).

Assim, ainda que os objetivos de política externa brasileira não tenham sido alterados na transição de Fernando Henrique Cardoso para Lula (visto que o presidente seguiu buscando resultados comerciais e autonomia), a maneira pela qual buscou atingir esses propósitos foi modificada: substituiu-se a “autonomia pela participação” de FHC pela “autonomia pela diversificação” de Lula, modificando as diretrizes da política externa do Brasil. O esforço pelo multilateralismo, o aumento da presença brasileira em negociações internacionais, a aproximação diplomática (visando intercâmbio tecnológico, comercial, financeiro e cultural) e a preocupação com o desenvolvimento direcionaram as ações brasileiras no campo internacional durante o governo Lula (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Essa

posição, portanto, foi mantida durante a Rodada de Doha, bem como durante a aproximação com a Índia no período analisado.

3 A Política Externa Comercial no Governo de Abdul Kalam

Até meados de 1980, a Índia seguia uma política desenvolvimentista de autossuficiência econômica e industrial, em que a maior preocupação estava relacionada à independência, limitada durante anos pela dominação inglesa. Tal posicionamento econômico era também adotado em termos de política externa. Durante a Guerra Fria, o país manteve o isolacionismo, assumindo uma postura pragmática em relação às Grandes Potências. Todavia, essa posição não o impediu de garantir uma condição de liderança frente aos países terceiro mundistas. Como um dos fundadores do Movimento dos Não-Alinhados (durante a Conferência de Bandung, em 1955), o Estado apoiou um neutralismo ativo e uma defesa intransigente da soberania e da igualdade entre as nações (CARDOZO; LACERDA, 2012).

O protagonismo indiano nos movimentos terceiro mundistas aumentou sua influência regional e global. Esta nova posição que, gradualmente, foi levando o país a adotar medidas liberalizantes que pudessem aumentar seu poder econômico e, conseqüentemente, seu poder para moldar a política mundial. Como resultado, em 1991, a Índia passou por um processo de abertura econômica, que a inseriu efetivamente no contexto de globalização neoliberal. Entre outras medidas, o país rompeu com o monopólio estatal de importação de mais de 50 produtos, promoveu ampla reforma tarifária, diminuiu barreiras não tarifárias e estabeleceu a liberalização cambial (CARDOZO; LACERDA, 2012).

Essas grandes mudanças foram vitais para a consolidação da posição indiana no sistema internacional, uma vez que proporcionaram uma maior projeção econômica e uma maior influência perante os países em desenvolvimento (CARDOZO; LACERDA, 2012). Nesses termos, a política externa do governo Abdul Kalam, iniciado em 2002, foi marcada pela crescente dependência em relação à diplomacia econômica, adotando um viés pragmático típico de uma nação em ascensão (TRIPATHI, 2008).

De acordo com Oliveira e Lessa (2006), a principal característica desse pragmatismo foi a constituição de coalizões juntamente a países com níveis similares de desenvolvimento. Em reuniões multilaterais e regionais de comércio, tal tática auxilia no reequilíbrio das forças centro-periferia de forma a possibilitar uma atuação internacional destacada. Sendo assim, países como Brasil e África do Sul tornam-se vitais para o sucesso da política externa indiana (CARDOZO; LACERDA, 2012), de forma que o início da Rodada de Doha no âmbito da OMC, em 2001, somente ressaltou a centralidade dessa parceria Sul-Sul para a discussão de caminhos para o desenvolvimento. A criação do Fórum de Diálogo IBAS e o G-20 comercial são outros exemplos de iniciativas voltadas para o fortalecimento econômico e integração dos países em desenvolvimento perante os desafios postos pelas potências globais (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2012).

Em termos específicos sobre a postura indiana perante a Organização Mundial do Comércio, pode-se dizer que ela evoluiu de forma a tornar viáveis as aspirações econômicas da nação. Até a Rodada do Uruguai, o foco da Índia era a consolidação das reformas econômicas nacionais, logo, a atuação indiana na OMC somente se intensificou na Rodada de Doha. Visando o estabelecimento de um ambiente econômico favorável e a atração de investimentos estrangeiros, as ações indianas nos anos iniciais da Rodada foram cautelosas, adotando duas vertentes: a primeira centrou-se na articulação de uma posição comum entre os países do Sul Asiático; já a segunda teve como ênfase a coordenação de posicionamento juntamente a países com o mesmo nível de desenvolvimento e com interesses semelhantes (TRIPATHI, 2008).

Através dessas parcerias, os indianos buscavam o reconhecimento das consequências que as imposições da OMC traziam para a economia nacional. Logo, a Índia enfatizava a necessidade de proteger setores vulneráveis — a exemplo da agricultura — simultaneamente ao aprofundamento do liberalismo em setores competitivos, como o de serviços. Tal posição ambígua influenciou diversas vezes na credibilidade indiana perante os demais membros da organização e, ainda mais relevante, perante os seus parceiros, enfraquecendo sua posição, bem como a força de seus argumentos. A Índia, contudo, também refletia sobre uma mudança

na inserção internacional, a partir da adoção de um modelo voltado para fora (EFSTATHOPOULO; KELLY, 2014).

Nos anos iniciais da Rodada de Doha, a principal preocupação indiana foi a implementação das medidas acordadas na Rodada anterior. O país acreditava que a introdução de novas regulações — sem que as antigas houvessem sido efetivas — somente aprofundariam o comércio desigual. Esse pensamento foi fortemente defendido com a criação do “LikeMindedGroup”⁸, aliança formada com o intuito de impedir que novos temas fossem incluídos na Agenda de Doha até que todos os acordos da Rodada do Uruguai houvessem sido postos em prática. Todos os membros desta aliança compartilhavam uma visão reformista, acreditando que a situação dos países em desenvolvimento teria grandes melhoras caso os acordos anteriores de fato vigorassem (EFSTATHOPOULO; KELLY, 2014). Em pronunciamento do Conselho Indiano de Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais (2006) afirmou-se:

A decisão dos Membros da OMC em 2001 de designar a Rodada de Doha como uma Rodada de Desenvolvimento foi um reconhecimento de que ainda existem, nas regras e disciplinas do atual sistema multilateral de comércio, desequilíbrios que penalizam os países em desenvolvimento — e isso deve ser corrigido. A intenção, portanto, é tentar melhorar as disciplinas multilaterais e os compromissos assumidos por todos os Membros da OMC, de maneira que estabeleçam condições de concorrência e proporcionem aos países em desenvolvimento melhores condições para que possam colher os benefícios da abertura comercial⁹ (INDIAN COUNCIL FOR RESEARCH ON INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS, 2006).

Mesmo anteriormente ao lançamento da Rodada de Doha, a Índia era percebida pelos países desenvolvidos como um possível entrave, uma vez que expressava publicamente sua discordância a uma nova Rodada. Nos anos seguintes

8 Em 2005, o grupo era composto por Argélia, Bangladesh, Bielorrússia, Butão, China, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, Mianmar, Nepal, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Sudão, Síria, Vietnã e Zimbábue.

9 Texto original: “The decision by WTO Members in 2001 to designate the Doha Round a development Round was a recognition that there remain, in today’s multilateral trading system’s rules and disciplines, imbalances that penalise developing countries — and this must be corrected. The intention, therefore, is to try to improve the multilateral disciplines and the commitments by all Members of the WTO in such a way that they establish a more level playing field and provide developing countries with better conditions to enable them to reap the benefits of opening trade” (INDIAN COUNCIL FOR RESEARCH ON INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS, 2006, s/p).

ao lançamento dessa, a Índia continua vista como um entrave, conjuntamente com outras nações emergentes: seu posicionamento sobre temas como agricultura e subsídios choca-se com as medidas buscadas pelos países desenvolvidos, impedindo que as negociações avancem para a formação de um consenso (EFSTATHOPOULOU; KELLY, 2014).

4 A Evolução da Relação Comercial Brasil-Índia a partir da Rodada de Doha e Criação do G-20 Comercial

Tanto o Brasil quanto a Índia são considerados, por diversos estudiosos de Política Externa, países intermediários¹⁰ (LIMA, 2005) ou emergentes, fazendo parte do chamado Sul Global¹¹. Apesar de apresentar traços de instabilidade política e vulnerabilidade a choques externos, a — também denominada — periferia encontra-se em ascensão no cenário mundial, devido ao crescimento de seus mercados, à melhora na robustez de suas economias e à procura por uma atuação mais significativa no cenário internacional. A busca dos países emergentes pelo desenvolvimento envolve a tentativa de estruturação de um certo tipo de cooperação mais abrangente, capaz de diferenciar estes países no jogo internacional — chamada pela literatura de relações internacionais de Cooperação Sul-Sul. Juntamente com a China, Brasil e Índia passam a receber maior destaque nas relações internacionais, devido ao crescimento da sua relevância econômica (LIMA, 2012).

Em 2003, durante os eventos da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu em Cancun, foi formado o G-20, grupo liderado por Brasil, Índia e China e que nasce com o objetivo de formar uma coalizão coesa para facilitar a barganha de benefícios comerciais, dentre os quais destaca-se a maior liberalização no campo agropecuário (COSTA JR, 2008). Em palestra para a Federação de indústrias de Minas Gerais, Amorim (2004), afirma que a mensagem a ser disseminada pelo G-20 corresponde à crença de que “a liberalização comercial deve e pode andar de mãos dadas com a justiça social”

¹⁰ Brasil e Índia também podem ser classificados como países semiperiféricos, pois, apesar de serem grandes democracias, possuem preocupantes problemas sociais. Além disso, algumas vezes acabam exercendo papel de países intermediários no sistema econômico internacional, entre as grandes potências e os países pequenos (SILVA, 2015).

¹¹ Amado Cervo (2008, p.11) define o Sul Global como um contrapoder, erguendo-se do “[...] sul que os geopolíticos já denominaram periferia, depois terceiro mundo, hoje emergentes”.

(AMORIM, 2004, s/p). Para Amado Cervo (2008), durante a Conferência de Cancun, os países emergentes não se opuseram à liberalização do comércio internacional, objetivo central da Rodada, mas sim contra o próprio modo de produzir o acordo. Buscava-se evitar a continuidade da concentração de poder na repetição do passado pela formulação de “um consenso entre os países ricos, proposto como ordenamento nos limites das possibilidades aceitáveis por eles mesmos” (CERVO, 2008, p.11). Os países emergentes, então, formaram o G-20, visando participar efetivamente da formulação de regras de liberalização que lhes proporcionasse benefícios. Não existindo tal possibilidade, a produção de regras multilaterais para o comércio internacional seria rejeitada pelo chamado contrapoder. E foi o que ocorreu com a OMC (CERVO, 2008).

Diplomatas indianos e brasileiros tiveram atuação conjunta na criação do G-20 Comercial (BBC Brasil, 2004). Tanto no momento de criação do G-20, como nas subsequentes rodadas de negociações da OMC, entre 2003 e 2008, Brasil e Índia procuraram exercer papel de governantes no sistema internacional — o que mostra a transformação da arena de tomada de decisão da OMC com o G-20 Comercial, pois estes dois Estados passaram a fazer parte do núcleo central de negociações (MILANI; PINHEIRO; LIMA, 2017). Brasil e Índia lideram, então, uma coalizão criada para assegurar a defesa dos interesses dos subdesenvolvidos, pressionar os países industrializados no que tange à abertura de mercados e diminuir ou dar fim aos subsídios agrícolas (BBC BRASIL, 2008).

Entretanto, na Reunião Ministerial da Agenda Doha da OMC, em julho de 2004, o Brasil não foi capaz de manter essa estratégia, ocasionando a perda de coesão do grupo, uma vez que outras divergências entre os membros vieram à tona. Nesse período, intensificaram-se os desentendimentos entre os países representantes do agronegócio, com fortes desentendimentos dentro do G-20 (MILANI; PINHEIRO; LIMA, 2017). Ainda que ambos fossem membros do G20, Brasil e Índia participavam de outros grupos no âmbito de Doha. Índia integrava o G33, defensor de salvaguardas a respeito da liberalização total do comércio agrícola. As propostas do grupo estavam ligadas a tratamentos diferenciais e produtos especiais, adotando uma posição defensiva no sentido de limitar o grau de abertura comercial, visando proteger os pequenos agricultores (PABIS, 2015; WORLD

TRADE ORGANIZATION, 2018). O Brasil, por sua vez, era membro do Grupo de Cairns, favorável à liberalização total do comércio internacional agropecuário (THE CAIRNS GROUP, 2018; WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018).

O posicionamento brasileiro ao lado de países desenvolvidos fez com que o Brasil acabasse se dissociando dos líderes do G-20, especialmente da Índia e da China, devido ao alto grau de competitividade e aos interesses distintos resultantes dos diferentes tipos de produção agrícola (COSTA JR, 2008). Enquanto o Brasil apresenta um posicionamento mais ofensivo e bastante demandante, concordando com uma possível liberalização de seu mercado nacional, a Índia apresenta uma posição mais defensiva no acesso a mercados de bens agrícolas (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2012). Apesar dessa discordância, Índia e Brasil aproximam-se por meio de outras coalizões, como o G-3 ou IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul) (COSTA JR, 2008).

As representações indiana e brasileira do G-20 nas negociações dos Acordos de Julho de 2008 não foram eficazes em estabelecer um acordo com Estados Unidos e União Europeia (SILVA, 2015). A tentativa de salvar a rodada Doha fracassou, já que não foi possível estabelecer um entendimento em relação à agricultura (G1, 2008). Ao final das negociações, a Índia acabou recuando, com a justificativa de defesa dos pequenos agricultores indianos. Mesmo, então, que o G-20 tenha falhado no intento de chegar a uma concordância com os Estados desenvolvidos — muito devido ao fato de o Grupo não ter conseguido impor-se e, assim, não conseguirem representar uma ameaça real —, a existência do bloco é importante para a dinâmica futura entre centro e periferia. O G-20 simboliza a capacidade dos países periféricos em se organizarem e fazerem frente às decisões unilaterais do centro, servindo de exemplo de efetividade organizacional de forma unitária e coesa (SILVA, 2015).

Brasil e Índia, ainda que apartados por diferentes dinâmicas políticas, culturais, históricas e tecnológicas, partilham de diversas características. Ambos os países são economias expressivas, especialmente em âmbito regional, e possuem enormes populações, marcadas por uma profunda desigualdade social. Além disso, são críticos da estrutura atual do sistema internacional e têm interesse em aumentar sua projeção internacional. Tais aspirações são expressas, respectivamente, na defesa pela

reforma do Sistema das Nações Unidas e na articulação dos BRICS (FIORI, 2007; VIEIRA, 2007). As semelhanças entre Brasil e Índia, assim como a veemência do seu relacionamento, auxiliam no seu arranjo em foros e organismos internacionais (MRE, 2017). A formação de novas coalizões, como o G-2012, G-313, o G-414, o G-515, o BASIC16 e o BRICS17, acabaram desenvolvendo e intensificando as relações bilaterais brasileiras com Estados que foram elencados como “parcerias estratégicas” pelo governo brasileiro (SILVA, 2015). O relacionamento Brasil-Índia surge no contexto da cooperação como estratégia para a redução dos obstáculos impostos pelos Estados desenvolvidos. Ambos os países têm preferência pelo multilateralismo nas relações internacionais e mostram-se favoráveis aos acordos de livre comércio (LIMA, 2012).

O relacionamento político e econômico entre Índia e Brasil intensificou-se a partir da década de 2000 e, em 2006, é estabelecida uma Parceria Estratégica entre as duas Nações (MRE, 2017). O núcleo duro de convergência dos diversos grupos de geometria variável integrados pelo Brasil é composto pela África do Sul e, principalmente, pela Índia. Esta forte convergência de parcerias entre Índia e Brasil indica que a relação de ambas se dá de maneira multidimensional. Apesar de a Índia ser o país com o qual o Brasil possui o maior número de participações conjuntas em grupos estratégicos, pode-se dizer que a relação comercial entre ambos mostra-se relativamente pequena (SILVA, 2015). Já que, se for considerado apenas o âmbito de confluência dos interesses comerciais internacionais, a parceria entre Brasil e Índia, dentro do contexto dos grupos internacionais, acaba sendo

12 Grupo constituído no contexto das reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da OMC, e que foca sua atuação na agricultura (VIZENTINI, 2006).

13 O G-3, também denominado IBAS e criado em 2003, configura a institucionalização da cooperação entre Brasil, Índia e África do Sul em diversos assuntos. Seu objetivo primordial seria fortalecer a capacidade de influência sobre as negociações comerciais no contexto da OMC. Mesmo não tendo contribuído para a existência de uma forte interdependência econômica entre os seus membros, o IBAS possui relevante importância simbólica e grande intenção de construir firme ligação política, reforçando, também, as pretensões de seus membros sobre suas lideranças nos seus subcontinentes (SILVA, 2015).

14 O G-4, composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, foi fundado em 2005 com o intuito de apoio mútuo entre os membros ao ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

15 Composto por África do Sul, Brasil, China, Índia e México, o G-5 foi fundado no ano de 2005 com o objetivo de representação dos demais países em desenvolvimento nas reuniões do G-8.

16 O BASIC foi uma aliança formada em 2009, entre Brasil, Índia, África do Sul e China, para servir como um espaço de discussão sobre as mudanças climáticas (SILVA, 2015).

17 Em 2006, inicia-se a coordenação do BRIC, com reuniões informais à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2009, a África do Sul se une ao grupo, alterando o acrônimo para BRICS (ITAMARATY, 2018).

ilógica, visto que, como já foi citado anteriormente, apesar de participarem do G-20, possuem interesses essencialmente discordantes na arena multilateral de agricultura (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2012).

Os interesses brasileiros referentes à Índia referem-se à liderança que este país exerce no bloco econômico que se forma ao seu redor na sua região. Brasil e Índia apresentam diversas semelhanças, ambos possuem grande território e alto número de habitantes, ambos são “países democráticos, multiétnicos, multiculturais e multi religiosos” e têm metas comuns, como o desenvolvimento sustentável, a equidade social e o crescimento econômico acompanhado de progresso tecnológico (MRE, 2017). Uma das áreas de maior relevância nas negociações entre Brasil e Índia é o setor de geração de tecnologia, conhecimento e inovação, visto como um instrumento de superação do atraso de ambas as nações, focando, portanto, numa ação cooperativa na indústria de softwares e na prestação de serviços técnicos (LIMA, 2012). Com esse fim, criou-se, em 2005, o Conselho Científico Brasil-Índia, que custeia pesquisas conjuntas nesta área (MRE, 2017). Além da cooperação técnica e das oportunidades comerciais e de investimentos, existem assuntos políticos de rearranjo do sistema internacional pós-Guerra Fria. Brasil e Índia defendem a reforma da ONU como um meio de constituir uma ordem multipolar e multilateral, destacando a necessidade de expansão do Conselho de Segurança com a participação de países em desenvolvimento, assim como apoiando mutuamente suas respectivas candidaturas a membro permanente no Conselho (VIZENTINI, 2006).

4.1 As relações Brasil-Índia entre 2003 e 2006

Desde a criação, em 1948, da Embaixada do Brasil em Nova Délhi e da Legação indiana no Brasil, até 2002, foram raros os encontros diplomáticos entre Brasil e Índia¹⁸. A partir de 2003, porém, esse cenário muda com a criação do G-20 e do IBAS, seguido pela visita a Nova Délhi pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em razão da reunião do G-20 e pela I Reunião da Comissão Mista. Em junho de 2003, o Brasil recebeu Nkosazana Dlamini-Zuma, ministra da África do Sul, e Yashwant Sinha, ministro de assuntos exteriores da Índia - sendo

18 1968 – Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil; 1996 – Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia; 1998 – Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil; 2002 – Estabelecimento da Comissão Mista (ITAMARATY, 2017).

a primeira de um chanceler indiano ao país. Devido à reunião trilateral entre os ministros indiano, sul-africano e brasileiro, foi criado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS (PAIVA, 2007).

Após a atuação conjunta na criação do G-20, durante a reunião de Cancun da Organização Mundial do Comércio, Lula visitou a Índia, em janeiro de 2004. O presidente encontrou-se com o Primeiro-Ministro indiano da época, Atal Behari Vajpayee, e com Abdul Kalam, bem como também participou de reuniões com representantes do setor privado (BBC, 2004). Foi durante essa visita que foi assinado o Acordo-base de Acesso a Mercados entre MERCOSUL e Índia, em que o bloco e o país ofereceram preferências tarifárias a diversos produtos. Esse foi o primeiro acordo firmado entre o MERCOSUL e um Estado não pertencente ao continente americano e entrou em vigência em junho de 2009 (AMORIM, 2004; SICE, 2018).

Desde o dia em que tomei posse, 1º de janeiro do ano passado, em meu discurso anunciei que a Índia seria um parceiro estratégico para o Brasil [...]. Penso que Índia e Brasil, juntos, podem construir uma força política capaz de contribuir para a geografia comercial do mundo mude para melhor, atendendo os interesses do povo mais pobre do planeta (LULA DA SILVA, 2004).

Em março de 2005, outro acordo comercial de livre comércio é assinado entre o Mercosul e a Índia, em Nova Delhi (VIZENTINI, 2006). Por meio deste acordo, as partes concordaram que este seria um primeiro passo no caminho da criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a Índia. Em 2006, último ano do primeiro governo de Lula no Brasil e marco final do recorte de análise, aconteceu, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia, cujos temas consistiam em cooperação política, econômica, científica, tecnológica e cultural. Acontece também a I Cúpula do IBAS, bem como a inauguração do Consulado Geral do Brasil em Mumbai (PAIVA, 2007), em junho. Em setembro, o Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, visita o Brasil — sendo essa a primeira visita de um chefe de governo da Índia desde a visita de Gandhi, em 1968, como afirmou Lula (2006), em seu discurso de boas-vindas ao Primeiro-Ministro. Destaca-se, portanto, o aumento significativo dos encontros entre Brasil e Índia durante os anos do governo Lula em comparação a governos anteriores (ITAMARATY, 2018)

O fluxo econômico entre Brasil e Índia aumentou significativamente durante os anos de 2005 e 2006. Tal incremento pode ser atrelado tanto à formação do IBAS e do acordo firmado entre Índia e Mercosul. Ressalta-se a venda de etanol para os indianos e a transferência de tecnologia para sua produção, bem como a compra de aviões da Embraer para a Força Aérea Indiana (NEVES JÚNIOR, 2011). Óleos brutos de petróleo, sulfetos de minério de cobre e óleo de soja — os bens mais exportados pelo Brasil para a Índia em 2006 — correspondiam a 48% das exportações totais para o país.

Ainda que não haja tanta diversificação na pauta de exportações semimanufaturadas, os bens manufaturados - que representaram, no mesmo ano, mais de 40% do total exportado para a Índia - eram mais diversificados. Destacam-se, nessa última categoria, álcool etílico, autopeças, geradores, transformadores elétricos e refrigeradores (CNI, 2007). No que tange às exportações indianas para o Brasil, o maior interesse está na compra do óleo diesel. Em 2006, o produto representou quase metade das importações totais de produtos indianos. Produtos químicos e farmacêuticos também são relevantes, embora em uma expressão numérica menor (CNI, 2007).

5 Considerações Finais

Índia e Brasil partilham diversas características, como o crescimento econômico acelerado, a busca pela inovação tecnológica e os problemas estruturais. A crença de Lula e Kalam em construir uma força política, por meio de blocos multilaterais, visando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida para indianos e brasileiros, é percebida nas diversas ações de aproximação entre os países.

Tanto a política externa brasileira quanto a indiana apresentavam, em seu âmago, uma preferência pela cooperação a nível multilateral. Tal posicionamento é percebido nas lideranças brasileira e indiana durante as reuniões de Doha. A criação do IBAS e do BRICS, embora tenha acontecido no contexto da busca por relações multilaterais, resultou no estreitamento entre os países. Ainda que os Estados pertençam a diversos grupos em comum, não há uma interdependência real — nem política, nem econômica — entre Brasil e Índia. As relações entre

Brasil e Índia estão, quase que totalmente, entrelaçadas com a função dos países na área multilateral (NEVES JÚNIOR, 2011).

A mudança da posição brasileira na Rodada de Doha, em nome do “interesse nacional”, inviabilizou a continuação de um G-20 coeso e articulado. A ampliação das propostas das nações desenvolvidas abarcou, então, os desejos do Brasil no que tange às questões agrícolas, embora não abrangesse os interesses indianos. Ao ceder às propostas do primeiro mundo, o Brasil perde politicamente, pois abandona seus iguais — dentre eles, a Índia, que se posicionava totalmente contrária à liberalização da agricultura. A divergência de interesses em algumas áreas, atrelada ao baixo nível de interdependência entre Índia e Brasil, explica a ingênua aproximação entre esses dois países, que se dá de forma limitada e modesta.

The evolution of the Brazil-India trade relationship in the Lula and Abdul Kalam governments

Abstract: In 2001, begun - within the World Trade Organization (WTO) - the Doha Round, which proposed a deeper trade liberalization and economic growth in accordance with the interests and needs of the developing countries. In line with other developing countries, Brazil and India defend that the focus of the Round should be agriculture, collaborating in order to reduce the inequalities in relation to developed countries and eliminate commercial subsidies. This article will explore the foreign policies adopted in the first Lula government from 2003 to 2006 and in India by Abdul Kalam's government from 2002 to 2007, as well as the nature of the approximation between the countries in the Doha's context.

Key Words: Lula's Government; Brazilian foreign policy; World Trade Organization; Indian Foreign Policy; Abdul Kalam's Government.

Referências

AMORIM, Celso. “Aquela velha opinião de que o Brasil precisa pedir licença”. In: AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 269-277.

AMORIM, Celso. Discurso de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador Celso Amorim. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, p. 52. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/128-PolItica_Externa_do_Brasil_A.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.

AMORIM, Celso. *Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Federação de Indústrias de Minas Gerais*. 2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7625-palestra-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-federacao-de-industrias-de-minas-gerais>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BBC Brasil. *Rodada Doha: Entenda o que está em jogo em Genebra*. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080721_doha-qanda_ac.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BBC Brasil. *Lula chega à Índia para visita de cinco dias*. 2004. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/01/040124_lulachegadaas.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2018.

CANESIN, Henrique Carlos. OMC: avanços, retrocessos, desafios e defesa comercial no período 1995-2000. In: 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1., 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=486>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CARDOZO, A. M.; LACERDA, J. M. De A. F. Índia, da Política Protecionista à Inserção Internacional: oportunidades e desafios na política externa e econômica no contexto pós-reformas econômicas de 1991. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 3, n. 1, p. 70–85, 2012. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/viewFile/105/pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Concepts in International Relations.*, [s. l.], v. 51, n. 2, p. 8–25, 2008.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). *As relações comerciais entre Brasil e Índia: oportunidades para o Brasil*. 2007. 15 p.

COSTA JR, Carlos Nogueira Da. *O que esteve em Jogo na Genebra de 2008*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, 2008.

EFSTATHOPOULOS, C.; KELLY, D. India, developmental multilateralism and the Doha ministerial conference. *Third World Quarterly*, v. 35, n. 6, p. 1066–1081, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2014.907728>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p.77-106, 2007. Disponível em: <<http://revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 30 out. 2018.

G1. *Rodada de Doha fracassa após sete anos de Negociações*. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL704905-5602,00-RODADA+D+E+DOHA+FRACASSA+APOS+SETE+ANOS+DE+NEGOCIACOES.html>> . Acesso em: 19 jun. 2018.

INDIAN COUNCIL FOR RESEARCH ON INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS. “*The WTO and the Doha Round: The Way Forward*”. In: OMC. NEW DELHI, 6 abr. 2006. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/sppl_e/sppl23_e.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ITAMARATY. *BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ITAMARATY. *República da Índia*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5238-republica-da-india>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

LIMA, Marcos Costa. *Política Internacional Comparada: O Brasil e a Índia nas novas relações sul-sul*, Universidade Estadual da Paraíba, Editora Alameda, São Paulo, 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mai. 2018

LULA DA SILVA, Luíz Inácio. *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

LULA DA SILVA, Luíz Inácio. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de chegada à Índia*. Nova Delhi, 25 de janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/25-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-oficial-de-chegada-a-india/view>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

LULA DA SILVA, Luíz Inácio. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh*. Brasília, 12 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/>

discursos/1o-mandato/2006/12-09-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-e-declaracao-a-imprensa-por-ocasio-da-visita-do-primeiro-ministro-da-india-manmohan-singh/view>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares de. Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma'. *International Affairs*, Londres, v. 93, n. 3, p.585-605, maio 2017.

NEVES JÚNIOR, Edson José. Relações entre Brasil e Índia: Resgate Histórico e Potencialidades Atuais. *InterAção*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p.99-124, jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12711/8067>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. J. N. De; ONUKI, J.; OLIVEIRA, E. De. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, v. 28, n. 2, p. 465–504, 16 jan 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 mai. 2018.

OLIVEIRA, H.A. De; LESSA, A.C.; INTERNACIONAIS, Instituto Brasileiro de Relações. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. [s.l.]: Editora Saraiva, 2006. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, v. 2. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=F2u7AAAAIAAJ>>.

PAIVA, Eliane Miranda (Org.). *Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

PABIS, Jonatas Luis. Acorrentando Gúlliver: a atuação dos BRICS nas negociações sobre agricultura da Rodada Doha da OMC. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, Cidade do México, v. 15, n. 1, p.659-699, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v15/v15a17.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

PIMENTA JUNIOR, José Luiz. *Coalizões internacionais e o G-20: aspectos da liderança brasileira na rodada doha de desenvolvimento da OMC*, Universidade de São Paulo, 2012.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *O Brasil e as Negociações no Sistema GATT/ OMC: Uma análise da Rodada Uruguai e da Rodada Doha*. 2012. 137 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde.../2012_HaroldoRamanziniJunior.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

REDE BRASIL ATUAL. *Para Amorim, oposição brasileira à Alca mudou agenda da América do Sul*. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/07/para-amorim-oposicao-brasileira-a-alca-mudou-agenda-da-america-do-sul-9798.html>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR (SICE). *Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL - Índia*. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/Trade/MRCSRIndia/Index_p.asp>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 143-184, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

THE CAIRNS GROUP. *About The Cairns Group*. Disponível em: <<https://cairns-group.org/Pages/Introduction.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2018.

TRIPATHI, R. India's Economic Diplomacy at the World Trade Organization. *International Studies*, New Delhi, v. 45, n. 4, p. 369-380, 2008.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia (1991-2006)*. 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, jul./dez. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *Groups in the negotiations*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/negotiating_groups_e.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.